Ata da 3ª Reunião Ordinária

Curitiba, 5 e 6 de junho de 2025.

Presentes:

Membros do Conselho:

Adalberto Sabino - CORESAN Paranavaí; Aline Fazan Cioni Guimarães - SEJU; Alzimara Cabreira Fraga Bacellar - CORESAN Curitiba; Ana Carolina Pedroso de Almeida - IDR-PR; Divonzir Manoel dos Santos - PCT's; Edenir Zandoná - SEDEST; Elenita Conegero Pastor Manchope - SETI; Franciele de Matos Siqueira - CORESAN Irati; Jaciara Reis Nogueira Garcia - CORESAN Toledo; Janaína Moreira S. Berbel - CORESAN Campo Mourão; João Humberto de Castro Júnior - ADAPAR; Luciana de Fátima Alonso Kaiser - CORESAN Pato Branco; Lucimar Souza da Silva - CORESAN Ivaiporã; Marcelo Inácio Stelmach - CORESAN União da Vitória; Márcia Cristina Stolarski - SEAB; Murilo Wenzel Luiz - SANEPAR; Orlando Ferreira Campos - CORESAN Campo Mourão; Patricia Chiconatto - CORESAN Guarapuava; Rosangela Mara Slomski Oliveira - SEED/FUNDEPAR; Rosangela Rigoni - CORESAN Ponta Grossa; Roseli Pittner - CORESAN Pitanga; Rosemar Ferreira dos Santos - CORESAN Londrina; Silberto Cardoso - SEDEF; Tatiani Macarini - SEMIPI.

Outros Participantes: Alex Teixeira Soares - Prefeitura de Porto Amazonas; Anatolli Brusamolin - SEAB-NR Cuiritba; Anderson Farias - Prefeitura de Ortiqueira; Anderson Luiz - Prefeitura de Palmeira; Camila Calisto Sanches - SMFDS-PG; Dayane Kelli Raymundo - SEAB-NR Curitiba; Edison Carlos - Prefeitura de Reserva; Eduarda Carolina de Olveira Garcia - Prefeitura de Imbaú; Janiele Lazaroto Mariano - FMS-PG; José Edmundo Hartmann - Prefeitura de Ipiranga; Jucelino C. Ribeiro - Prefeitura de Imbaú; Leonardo Vinicius Padilha - Prefeitura de Imbaú; Luciano Solek - Secretário da Agricultura Piraí do Sul; Luciano Tomacheuski - Prefeitura Ivaí; Marcela Cristina de Almeida - SMFDS-PG; Marcelo Barth - Prefeitura de Castro; Maria Eduarda Mendes - Prefeitura de Imbaú; Mario Eduardo Batista - Prefeitura de Reserva; Maysa Bardal - Prefeitura de Ivaí; Manoel Braga - Prefeitura de Castro; Rhenann Fernandes Ferreira; Rubensnir de Almeida - Prefeitura de Sengés; Sandro Drinko de Matos - Prefeitura de Jaguariaíva; Silvia Mara Woicichowsk - CONSEA São João do Triunfo; Tânia de Fátima Oliveira - IDR-Paraná; Thais S. Furtado - Prefeitura de Ipiranga; Zagonei Fernandes - CONSEA Piraí do Sul; Roselene Sonda – MPPR.

Justificativa de Ausências: Kelly Franco de Lima – Afastamento temporário

Pautas:

1. Cerimonial de abertura;
2. Projetos de segurança alimentar do município de Ponta Grossa;
3. Projetos de SAN do município de Ortigueira;
4. Apresentação da pesquisa “Segurança alimentar e vulnerabilidade no ensino superior” – UEPG;
5. Visita Técnica: “Projeto Mãos à Horta”
6. Plenária do CONSEA (exclusiva para conselheiros);
7. Monitoramento CONSEAs e protocolo para Planos municipais – IDR Regional Irati; e
8. Encerramento.

Memória: Dando início à reunião plenária, houve composição de mesa com as autoridades da Regional Ponta Grossa e com a Presidente do CONSEA Paraná. Na sequência, o município de Ponta Grossa apresentou as ações desenvolvidas na área de segurança alimentar. Ato contínuo, o município de Ortigueira explanou sobre as ações de apoio à agricultura familiar e segurança alimentar. Em prosseguimento, o Secretário-Executivo Valdenir Neto introduziu a Prof.ª Augusta para apresentar a pesquisa "Segurança alimentar e vulnerabilidade no ensino superior". A professora explicou que o núcleo do qual participa vem desenvolvendo pesquisas relacionadas à segurança alimentar e destacou o desejo de que sejam implementadas políticas mais assertivas em associações relacionadas ao tema. Informou que já foram realizadas pesquisas, no período pós-pandemia, focadas em famílias mais vulneráveis à insegurança alimentar e, no caso desta pesquisa, o foco recaiu sobre estudantes matriculados em universidades públicas. A Prof.ª Augusta salientou que muitos se encontram em situação de vulnerabilidade social e alimentar, o que justifica a relevância da pesquisa. Ressaltou ainda a importância da criação de políticas sociais específicas dentro das próprias universidades e apresentou dados demográficos da UEPG. Informou que a amostra utilizada foi de aproximadamente dois mil alunos, revelando que 35% deles se encontram em situação de insegurança alimentar, sendo 14% em situação grave. Reforçou novamente a necessidade de políticas de segurança alimentar nas universidades, apontando que as ações existentes ainda são insuficientes, uma vez que muitos estudantes não são contemplados com bolsas e auxílios estudantis, principalmente por falta de acesso à informação sobre as políticas sociais disponíveis. Destacou ainda que, entre os alunos que arcam com aluguel na cidade onde estudam, 100% estão em situação de insegurança alimentar. A professora também relatou que a pesquisa abordou outros fatores associados à insegurança alimentar, como a fragilidade habitacional e de transporte e seus impactos. Foi apresentada, ainda, a relação entre segurança alimentar e saúde mental, com o dado de que 35% dos alunos participantes relataram algum transtorno mental, sendo mais comum entre mulheres. Ao final, a professora encerrou reiterando que a insegurança alimentar não é um problema externo, e que, para muitos estudantes, segurança alimentar significa simplesmente ter o que comer. Informou também que o relatório completo da pesquisa está disponível na página da UEPG. Encerrada a apresentação, abriu-se espaço para manifestações. A conselheira Elenita comentou sobre a necessidade de criação de políticas que viabilizem orçamentos destinados à assistência estudantil, tanto na esfera federal quanto estadual. Também mencionou a adesão do programa Compra Direta por parte dos Restaurantes Universitários. A professora concordou com a relevância da busca por recursos federais e com a necessidade de ampliação das políticas e dos recursos públicos. O conselheiro Murilo comentou sobre o papel das casas estudantis no enfrentamento da insegurança alimentar, destacando o impacto positivo do custo acessível de moradia; a professora concordou quanto à importância do tema. O conselheiro Sabino elogiou a apresentação da Prof.ª Augusta e questionou se a universidade realiza algum trabalho de conscientização junto aos estudantes beneficiados com auxílio-alimentação, especificamente no que diz respeito à escolha de alimentos saudáveis para consumo. A Prof.ª respondeu que não existem políticas específicas nesse sentido, mas destacou o papel dos Restaurantes Universitários, que oferecem refeições nutricionalmente balanceadas a esses estudantes. Por fim, a conselheira Márcia parabenizou a professora pela pesquisa e pela apresentação, reforçando a relevância do tema exposto. Ato contínuo, a Presidente do CONSEA, Roseli Pittner, deu sequência à plenária propondo a alteração na ordem das pautas a serem abordadas, iniciando pelos informes do DESAN, proposta que foi aprovada por unanimidade. A Presidente iniciou explicando sobre o CAE Paraná, informando que o CONSEA Paraná conquistou uma cadeira dentro desse conselho. Foi discutido o encontro dos CAEs dos estados da Região Sul, que ocorrerá nos dias 25 e 26 de julho, no município de Pinhais. Já foram encaminhados ofícios solicitando que as associações de municípios comuniquem os respectivos

prefeitos para viabilizar o custeio da participação de representantes municipais no referido encontro. A Presidente acrescentou que o CONSEA Estadual deverá articular a participação de seus representantes nesse evento. Na sequência, a Presidente comentou sobre o encontro da CPCE e da Conferência +2, bem como sobre as conferências de desenvolvimento territorial no estado do Paraná, solicitando a participação do CONSEA Estadual nesses espaços. Na sequência, a Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo Valdenir Neto, que propôs a exclusão de conselheiros que excederam o número de faltas permitido em plenárias realizadas ao longo de doze meses, conforme estabelece o novo regimento. Foi então apresentada uma planilha com a frequência dos conselheiros das respectivas CORESANs, resultando no desligamento dos conselheiros titulares dos municípios de Cornélio Procópio e Cianorte. Em seguida, foi apresentada a relação de presença dos conselheiros governamentais, destacando-se a CEASA com com maior número de faltas. O secretário informou que será enviado um ofício aos respectivos presidentes solicitando a substituição dos representantes. O Secretário-Executivo também comunicou o envio de um ofício circular às prefeituras, por meio dos núcleos regionais, com orientações sobre a participação e permanência no SISAN. Foram explicadas as orientações para o envio dos documentos exigidos, bem como as consequências em caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos. Também foi apresentado o formulário para inserção dos documentos, com orientações sobre seu preenchimento. Na sequência, o Secretário-Executivo abordou a questão dos planos municipais e apresentou um orientativo para a verificação e elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Foram apresentados os critérios, resoluções e demais orientações, também disponíveis no site do CONSEA Paraná, informando que o documento será encaminhado a todas as CORESANs do Estado. Também foi mostrado o documento de acompanhamento e diagnóstico dos planos de SAN, bem como uma cartilha de orientação para sua elaboração, produzida pelo Estado de Minas Gerais. Em seguida, o Secretário-Executivo introduziu o gerente regional do IDR, Bruno, e o técnico do IDR, José Carlos do Amaral Júnior. A palavra foi passada a Bruno, que agradeceu ao Conselho pelo espaço concedido na plenária. O palestrante apresentou as atribuições do IDR nas vertentes de segurança alimentar e nutricional, destacando uma série de trabalhos de diagnóstico realizados por uma equipe composta por cinco servidores do IDR, atuantes na região de Irati e em outros municípios. Foi informado que os resultados dessas pesquisas serviram de base para a publicação do livro “Gestão Democrática dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional”, de autoria de José Carlos do Amaral Júnior. A obra reúne instrumentos de gestão voltados aos Conselhos Municipais, além de apresentar um protocolo para elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. Na sequência, a palavra foi passada à assistente social Paula, da regional de Irati. Ela explicou o conteúdo do protocolo apresentado no livro, esclarecendo que não se trata de um modelo pronto de Plano SAN, mas sim de um conjunto de ferramentas e orientações que podem servir de base aos municípios interessados em elaborar seus próprios planos. Durante a apresentação, os conselheiros fizeram considerações e questionamentos, que foram esclarecidos pela palestrante. A conselheira Alzimara destacou a necessidade de um instrumento protocolar para garantir a efetivação da democracia participativa e a elaboração do Plano SAN pelos municípios. Também reforçou a importância de haver comprometimento por parte da gestão pública nesse processo. A palavra foi então passada ao técnico do IDR, José Carlos do Amaral Júnior, que se apresentou e compartilhou mais informações sobre sua atuação no Instituto. Ele aprofundou a explicação sobre o livro mencionado, abordando seu conceito central. Ressaltou as dificuldades enfrentadas pela sociedade civil na participação em políticas públicas e a importância da gestão democrática na construção de agendas. José Carlos defendeu a necessidade de um método de monitoramento da atuação dos Conselhos Municipais e da implementação dos Planos SAN. Apresentou três etapas avaliativas para fiscalização do

funcionamento dos Conselhos e destacou a relevância de um debate qualificado nesses espaços, bem como a criação de um método de avaliação técnica baseado na análise das atas das reuniões. Salientou que esse método avaliativo teria caráter protocolar e seria realizado anualmente. Por fim, a palavra retornou ao presidente regional do IDR, Bruno, que reforçou que o conteúdo apresentado representa um trabalho em andamento. Informou que alguns municípios já aplicaram o protocolo proposto na elaboração de seus respectivos Planos SAN. Os convidados agradecem ao espaço cedido pelo Conselho e afirmam estar sempre à disposição. Em seguida, a Presidente do CONSEA, Roseli Pittner, informou que as conselheiras Rosangela e Elenita fariam uma breve explanação sobre um documento a ser elaborado pelo CONSEA, enquanto órgão integrante do CAE. A palavra foi passada à conselheira Elenita, que relatou sua participação no Fórum de Permanência, Saúde e Bem-Estar da Comunidade Acadêmica. A conselheira explicou que o fórum tem apresentado demandas e necessidades da cidade de Ponta Grossa e destacou, entre as pautas, a proposta de criação de um auxílio estudantil, reivindicando um projeto de lei estadual específico para esse fim. Solicitou que o CONSEA aprove um documento manifestando apoio à criação do referido projeto de lei. Em seguida, a palavra foi passada à conselheira Rosangela, que mencionou que, desde junho de 2022, o programa estadual Mais Merenda iniciou como projeto piloto e atualmente encontra-se consolidado em todo o estado do Paraná. Solicitou, portanto, que o CONSEA aprove um documento de apoio à continuidade do programa nas futuras gestões estaduais, com o objetivo de transformá-lo em política pública permanente. A conselheira também respondeu a questionamentos sobre como o programa evita o desperdício de alimentos, explicando que cabe ao diretor da escola o gerenciamento do recebimento e uso adequado dos recursos alimentares. Ato contínuo, após a fala da conselheira, o Secretário-Executivo informou que, na regional de Curitiba, há fiscais realizando vistorias no Programa Leite das Crianças, e que, em alguns municípios, foram identificados usos inadequados dos refrigeradores destinados ao armazenamento dos leites e que os diretores escolares devem solicitar à FUNDEPAR mais aparelhos para suprir a demanda. A conselheira Rosangela corroborou as informações do Secretário-Executivo, orientando que os freezers não devem ser mantidos em depósitos de alimentos secos, mas sim em espaços separados, a fim de evitar a mistura entre os produtos do PLC e os demais alimentos da alimentação escolar. A palavra foi então retomada pela Presidente do CONSEA, Roseli Pittner, que informou que será redigida uma minuta dos documentos solicitados pelas conselheiras Rosangela e Elenita para posterior aprovação pelo Conselho. Comentou também a elaboração de outro documento, referente à conselheira Jaciara, que tem sofrido retaliações por ter impedido que um determinado alimento fosse oferecido nas escolas do município de Toledo, conforme relatado na plenária de abril. A Presidente declarou que o CONSEA deve redigir um documento reforçando a importância da atuação de nutricionistas em órgãos públicos, a ser encaminhado ao município da conselheira e também aos demais municípios do estado. Na sequência, a palavra foi passada à conselheira Márcia Stolarski, que iniciou sua fala abordando o programa Compra Direta. Apresentou dados atualizados sobre o programa, incluindo o número de beneficiários no estado do Paraná, destacando que houve participação recorde na última chamada pública, com a contratação de novos agricultores. Em seguida, apresentou a distribuição por gênero e faixa etária (incluindo jovens) entre os participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Informou ainda que está trabalhando na atualização dos termos de colaboração com as prefeituras municipais, com o objetivo de ampliar o envio de equipamentos para o recebimento dos alimentos, principalmente por meio dos CRAS. Também mencionou a ampliação do período de entrega desses alimentos, que passará a ser bimestral a partir de um novo contrato. A conselheira Márcia também discorreu sobre a entrega de frutas, verduras e outras hortaliças às entidades por meio do programa PAA, apresentando dados quantitativos referentes ao ano de 2024. Recomendou que os membros das CORESANs entrem em

contato com os escritórios regionais do IDR em seus respectivos municípios. Na sequência, apresentou o número de produtores por grupos de alimentos, incluindo arroz, ovos, farinha, feijão, frutas, hortaliças e legumes. Comentou também sobre o PAA Indígena, informando que já encaminhou ofícios a todos os prefeitos, solicitando manifestação de interesse na criação de um novo ciclo do programa. Mostrou ainda os municípios que serão beneficiados, destacando aqueles com maior população indígena no estado do Paraná. A conselheira relatou, em seguida, uma visita de fiscalização realizada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, ao final de maio, no município de Terra Roxa. Segundo ela, foram feitas críticas quanto à ausência de escolas, problemas de saneamento e acesso à água potável, além de questões relacionadas à segurança alimentar. Informou que o IDR da região tem enfrentado dificuldades para prestar apoio, tendo em vista o conflito entre a população indígena e fazendeiros locais, o que pode representar riscos à integridade dos técnicos. Ato contínuo, a conselheira apresentou os convênios firmados desde 2018, entre os quais se destacam Cozinhas Comunitárias, Panificadoras Comunitárias, Restaurantes Populares e Hortas Urbanas. Em seguida, comentou sobre o Programa Leite das Crianças (PLC), informando que o programa será expandido, mas que será necessário implantar um novo sistema específico para sua operacionalização. A conselheira Rose sugeriu que, futuramente, seja criado um instrumento de avaliação para os programas de segurança alimentar voltados à assistência à população idosa. Por fim, a conselheira Márcia solicitou que o IDR acompanhe os contratos firmados para a implementação desses programas de caráter social. Finalizada as pautas, a Presidente e o Secretário-Executivo agradecem a presença dos conselheiros, encerrando a reunião.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB